



A EDUCAÇÃO ESCOLAR, A FAMÍLIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Aldaberon Vieira do Nascimento

Secretaria Municipal de Educação de Lagoa de Dentro-PB. aldaberonvn@hotmail.com

RESUMO: A sexualidade é tida como um assunto que desperta a curiosidade e aguça as discussões em torno de si. Apesar de ser um assunto que se firmou desde os tempos mais remotos, falar de sexo ou da sexualidade ainda é uma preocupação para família e escola promover e/ou aceitar sua discussão no ambiente educacional e como reflexo advindo do seio familiar. Na atual conjuntura não se pode pensar a educação no contexto da escola sem a sexualidade. Nem tampouco o ambiente familiar. No Brasil há uma preocupação em lidar com o assunto em sala de aula. Contudo, oposto a isso, acontece uma grande resistência para deixar o assunto fluir nos ambientes escolar e familiar. Daí, todo processo de educação é dificultado por influência da educação (re)passada em casa e levada à rua e à escola. O preconceito é um outro ponto que levanta discussão, seguido da ausência de formação para os(as) profissionais que atuam no espaço escolar e impede que estes dêem sua contribuição com mais vigor e intensidade para favorecer uma educação que prime sempre pela qualidade da (in)formação repassada e que educa/orienta o público que frequenta a instituição educacional.

Palavras-chave: educação, família, sexualidade.

A vivência escolar

O trabalho ora apresentado é uma proposta de discussão em forma de comunicação oral acerca da sexualidade na escola e sua relação com a família, a ser apresentado no XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades - CONAGES 2016 na cidade de Campina Grande - PB. Tal proposta surgiu a partir da observação do comportamento dos(as) profissionais da educação e das famílias responsáveis pela ida das crianças à escola e como lidam com a temática da sexualidade, haja vista família e escola não tratarem do assunto

com clareza por apresentarem-se com insegurança e colocarem a falta de formação para instruir melhor os pais/responsáveis e profissionais para lidar com o assunto. Tendo como objetivo discutir a educação nos âmbitos escolar e familiar partindo do pressuposto da temática de gênero e sexualidade, esta comunicação oral busca interagir com os(as) congressistas levando-os(as) a reflexão das práticas profissionais enquanto sujeitos(as) que promovem a educação alicerçados em teorias que indicam um norte a prática diária. O texto é resultado de uma revisão bibliográfica feita



cautelosamente buscando nos teóricos, bases para fundamentar as observações e levantamentos colhidos após anos de profissão e de pesquisas relacionadas ao assunto com métodos e estratégias objetivas para esclarecer as dúvidas e torná-las úteis na produção científica e no campo profissional. A partir do estudo realizado, nota-se que os atores envolvidos no processo educacional, seja no campo escolar, seja no espaço familiar, não apresentam, na maioria das vezes, segurança no assunto e hesitam passar a devida orientação aos seus educandos, deixando uma lacuna aberta que requer das entidades envolvidas no processo educacional um olhar diferenciado para a área.

Educação, escola e família

Na relação escola x família sempre houve uma discussão em torno do real papel a ser desenvolvido pela instituição familiar como sendo esta, a primeira instituição responsável pela formação educacional da criança. Por se tratar de duas instituições educacionais, ambas são cobradas pela sociedade por suas atuações na educação de seus/suas filhos(as) e/ou alunos(as). E o que não se pode negar é que tais instituições são a base para a

formação do ser ainda em formação.

A família desde os tempos mais remotos, e a isso conota-se os ancestrais mais antigos das sociedades agrícolas, as dos caçadores/coletores quando iniciaram os primeiros grupos familiares dando origem aos primeiros grupos sociais, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano desde os primeiros anos de vida, mesmo ainda no período de gestação. As sociedades primitivas compunham o alicerce desses grupos de pessoas que evoluíram com o passar do tempo, e mesmo com a passagem do tempo há milhares de anos, esta base continua em evidência e ocupando um lugar de grande destaque na sociedade.

A escola é a instituição responsável pela continuação da educação iniciada no seio familiar e que abrange, então o espaço dedicado a orientar seus agentes mediante um currículo pensado de forma técnica para (in)formar pessoas.

Atualmente, as escolas contemporâneas enfrentam um grande desafio: Dialogar sobre a diversidade de Identidades Sexuais e de Gênero, bem como Identidades Culturais, Geracionais e Étnicas.

As escolas constituem um espaço permeado de etnias, gêneros sexuais e



diversos grupos culturais que compõem o ambiente tido como educacional e que é responsável pela formação daqueles a ela confiados: alunos(as). Contudo, um dos maiores desafios é lidar com toda essa diversidade dentro de um mesmo ambiente com diversos contextos que desejam imprimir suas marcas cada um no seu espaço.

Dentre esses desafios, o de falar e ouvir em grupo é quase uma incógnita, haja vista a carga de informações trazida pelos(as) alunos(as) do seio familiar. A esse respeito, a psicóloga Rosely Sayão afirma que “os alunos trazem de casa valores, conceitos e preconceitos que estão colocando em xeque, e claro, solicitando sutilmente que os professores os auxiliem a ter condições de provocar choques” (SAYÃO, 1997, p.101). É inegável que as diferentes classes sociais vão se modificando, passando por mutações e submetendo-se a uma defesa de quem na sua vivência representa algum tipo de ameaça de qualquer aspecto.

E de acordo com Stearns, “As mudanças na cultura, comportamentos e expectativas também contribuíram para outros desdobramentos, que, de maneira similar, fundiram importantes inovações a amplos resquícios de padrões prévios (2010, p. 257)”.

São essas mudanças de cultura e de comportamentos que por diversas vezes influenciam e provocam as alterações que se apresentam no cotidiano das famílias. Estas que sofreram em suas estruturas um abalo com as novas formas e conceitos de família que se expõem nas sociedades e que fogem às regras e quebram protocolos na sua diversidade deixando de ser vista como a única formação familiar, a família tradicional composta pelos critérios heteronormativos e se desenha, na atualidade um outro cenário que levanta discussões e diverge nas opiniões: os grupos homossexuais que constituem atualmente uma nova face da família onde tal composição se desdobra para fazer valer seus direitos, além dos que compõem as famílias de origem afro, indígenas dentre outras.

Todo este aparato está explícito na escola e é componente crucial no/do currículo oculto que determina ou é determinante nos comportamentos e ações desenvolvidas na escola como um reflexo dos ensinamentos oriundos da educação familiar. Grifando Louro (2008) quando ela remete-se a uma cultura familiar que teima em creditar à escola a maior parte, quando não em sua totalidade o dever dessa instituição para arcar com toda forma de (in)formar a criança sobre a sua



sexualidade. De acordo com Louro a sexualidade não é apresentada de forma aberta nos dispositivos de escolarização e que dirigentes e professores/as em determinadas oportunidades afirmam não ser a sexualidade um problema que preocupe o andamento ou o comportamento das crianças, por ser este um assunto a ser tratado pela família.

Portanto, a sexualidade permanece um tabu para algumas/uns profissionais da educação. Mesmo sendo gritante a forma como crianças e adolescentes apresentam seus desejos e suas vontades de falar sobre suas sexualidades.

Acredita-se, portanto que a escola tem um papel importante a desempenhar na relação assumida com a instituição familiar e esse papel é consideravelmente mútuo, mesmo sendo a família uma instituição sem “formação”, mas que deve buscar atender as necessidades de toda sua prole. A escola complementa a educação iniciada em casa e culturaliza de forma a atender a carência de informação e suprir o vácuo deixado no seio familiar.

Andando de mãos dadas, os frutos vão começar a germinar no ambiente escolar e familiar o que causará um fortalecimento dos vínculos. Não se pode pensar a educação no contexto da escola sem a sexualidade.

Tratado como Tema Transversal pelo Ministério da Educação do Brasil no final dos anos 1990 a sexualidade ainda não ocupa o devido espaço nos bancos escolares. Nota-se uma ausência nas informações e uma resistência nos/as profissionais para tratar do assunto. “Grande parte dos estudos na área da educação brasileira não inclui o recorte de gênero,” afirma Vianna (1997, p. 121). A autora chama a atenção ainda para o fato de pesquisas referentes a tais estudos acontecerem separadamente. Ainda sobre este contexto, Cláudia Aparecida Batista (2008; p. 21) diz: “senti a existência de uma problemática da sexualidade em sala de aula, educadores cheios de preconceitos e dificuldades em lidar com a própria sexualidade, diante de educandos repletos de dúvidas e curiosidades” o que ocasiona a ambos um desconforto.

Acredita-se que a cultura de tabus e preconceitos acorrentados a falta de formação no seio familiar e na base escolar seja o reflexo da insegurança dos/as profissionais da educação resistirem veementemente ao tratar da sua sexualidade ou dar abertura para o assunto fluir nas conversas na escola ou em outro ambiente que propicie a introdução do mesmo sem repressões ou interrupções.



O ambiente familiar

Desde os tempos mais remotos o sexo habita os pensamentos mais explícitos do ser humano, contudo na família há uma resistência muito forte para discutir a questão sexualidade. Dos pais aos(as) filhos(as) existe uma barreira que impede um diálogo a respeito do assunto mesmo quando se trata de sinais e evidências presentes cotidianamente no seio familiar e causa reflexo na formação sociocultural deste ser.

Os diferentes níveis hierárquicos em que estão inseridas as famílias e que incorporam diversos conceitos que dialogam com os comportamentos associados a comunidade, cultura, sociedade, religião etc, culminam com os comportamentos e modos de pensar, agir e ser dos seres em questão.

Arraigados em uma cultura de omissão e represálias em torno da sexualidade e cultivados numa formação humana com alicerces cristãos, valores conservadores, naturalizar tal questão se torna(ou) uma prática de difícil acesso, pois os ensinamentos das gerações anteriores constituem uma força na

formação dos seres das gerações atuais.

Acredita-se que todas as gerações e em todos os tempos tratou com muito cuidado a questão 'sexualidade'. Não é uma tarefa fácil a abordagem do assunto à mesa durante as refeições, no momento de descontração na sala ou em qualquer outro momento de intimidade familiar. Os poucos casos de famílias que tratam o assunto representa um percentual pequeno diante da resistência da maioria.

Abordar sexualidade e família na escola é mostrar processos interativos dentro de sistemas humanos (MEIRELLES, 1997) que demonstram a necessidade ou fragilidade com que estes sistemas lidam com determinados assuntos.

Para Batista, (2008, p. 85)

Toda a dificuldade criada para a compreensão da sexualidade, as formas de controle e o estabelecimento de rígidas regras que, não evitariam a prática, mas fizeram dela uma questão de conflitos pessoais, para aqueles que ao se deixarem levar por seus desejos e sentem-se transgressores e culpados de algo que lhes é parte integrante de uma natureza, a humana.

A autora retrata de forma clara a imagem do comportamento das famílias quando se trata da sexualidade. Apesar de ser um retrato das gerações passadas, este ainda é bem presente nas casas nestas primeiras décadas deste século. Isso mostra



que mesmo com a evolução dos tempos as dificuldades para pais e filhos(as) discutirem todo e qualquer tipo de aspecto relacionado à sexualidade é representação dos tabus, dos mitos e dos preconceitos que resistem a passagem do tempos.

Discutir determinadas temáticas no seio familiar parece em determinados casos um fardo que não compete a família esclarecer e esta por sua vez se omite de qualquer responsabilidade e a direciona a outra instituição ou a outro mecanismo.

Como diz Içami Tiba em sua obra Pais e Educadores de Alta Performance (2012), os pais não podem transferir para a escola a educação que deve ser dada em casa. Os pais têm a missão de educar os(as) filhos(as) em suas competências. Contudo, o que acontece é que “talvez os pais também tenham que aprender a ser educadores, assim como os próprios educadores, para formarem cidadãos éticos” (TIBA, 2012, p. 157).

A educação dada no ambiente familiar é o primeiro passo para a ética a ser seguida pela escola. E quando se trata da sexualidade,

Na prática, toda família realiza a educação de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que

estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem (BRASIL, 1998. p. 291)

É essa carga de conhecimento trazida pela criança e/ou adolescente que deve ser considerada ao ingressar na escola. O reflexo da educação familiar que está presente até mesmo no currículo oculto influencia em todo processo de ensino e aprendizagem orientado pela escola e pela família. E Nascimento (2016, p. 22) acrescenta: “o trabalho de Orientação Sexual deve começar na família através da orientação e por meio de conselhos, comportamento dos pais, expressões e gestos diversos que desenhem um perfil da família na educação e na formação dos filhos [...]”.

Assim manifesta-se o papel da família na educação dos(as) filhos(as) o que reflete nos bacos escolares e na vida.

A vivência escolar

O espaço da escola enquanto instituição de ensino é destinado a acolher as diversas culturas com todas as suas nuances. Esta é detentora de poder para viabilizar a aprendizagem com sua diversidade cultural e de conhecimento. Os diversos grupos sociais protagonizam o



espaço escolar como um ambiente que encena as diferentes formas de ensinar e aprender.

São inúmeras as formas de como vivenciar na prática escolar o conhecimento trazido de casa, da educação familiar. Todo legado cultural adquirido pela aprendizagem e transmitido pela educação em seus diferentes conceitos e contextos.

A discussão em torno da sexualidade em sala de aula requer bem mais do que falar ou repreender o(a) aluno(a) quando fala ou expressa seu pensamento e seu conhecimento (vulgar) através da oralidade ou do comportamento com gestos, ações, e expressões que fogem a regra protocolada pela cultura escolar quando se exime de assuntos polêmicos quando devem ser tratados na escola e mais especificamente em sala de aula.

Tratar da sexualidade compõe uma ação de saúde pública da qual o Estado, enquanto escola, não pode se omitir de oferecer subsídios para incorporar a temática no currículo escolar nem tampouco sua inserção nos discursos dirigidos pelos(as) alunos(as). Assim, “a orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e

reprodutivos” (BRASIL, 1998, p. 293).

O trabalho com Orientação Sexual e as relações de gêneros

Conforme já explicitado, o trabalho sobre a Orientação/ educação das crianças e adolescentes são/devem ser iniciados em casa na educação familiar sobre a orientação de responsáveis que devem indicar à escola como suporte e continuadora desse trabalho, haja vista a carga de conhecimento e informações que a criança recebe no seio familiar ou sobre sua tutela na idade de responsabilidade de tal instituição.

Os(as) profissionais da educação, bem como a família e/ou responsáveis devem ter claro a responsabilidade ou a função de cada ente neste papel de orientar/educar. Isso por que a sociedade contemporânea impõe a sexualidade como um ponto a ser discutido dentro do atual cenário onde se encontram todos os atores envolvidos no processo educacional do país ou fora dele. A mídia, as redes sociais, as influências internas e externas, os fatos cotidianos, os livros e tantos outros fatores são indicadores dessa demanda que assola a curiosidade e a necessidade natural de se descobrir, de descobrir o próprio corpo, os



tabus, e repressões que existem em torno do assunto. Tudo recheado de muita curiosidade e acesso fácil as informações. Daí, a necessidade de contemplar o currículo escolar com conteúdos ligados a Orientação/educação sexual como atribuída pelos PCNs e rediscutida nos Planos de Educação nesses últimos anos.

Contudo, pode-se esbarrar em barreiras que possam dificultar o trabalho relacionado a essa temática. Portanto, é um trabalho árduo que requer cautela e bom senso. Na escola, “o profissional que se responsabiliza por esse trabalho pode ser um professor de qualquer matéria ou educador com outra função na escola (orientador educacional, coordenador pedagógico, ou psicólogo, por exemplo) (BRASIL, 1998, p. 331)”.

Os pais na maioria das vezes não se sentem a vontade para lidar com o assunto. Não tem segurança ou não tiveram também uma orientação familiar que desse uma abertura para tratar do assunto. Na escola, o(a) professor(a) ou outro educador também enfrenta alguns obstáculos ao/para lidar com a temática. Há a resistência dos pais e/ou responsáveis, falta de segurança e de formação do(a) profissional, não há inclusão do tema no currículo escolar, bem como no Projeto Político Pedagógico. São

várias as dificuldades encontradas quando se deve falar sobre o assunto.

Ligado a isso, no lado oposto estão os(as) estudantes que se apresentam com um desejo exposto de falar sobre sexualidade ou de sua sexualidade. São gestos, ações, comportamentos que explicitam a carência de estudantes de diferentes idades, sexos, classes sociais que anseiam por informação sobre o assunto nos diferentes níveis de escolaridade.

O debate com os(as) alunos(as) sobre a questão de gêneros e sexualidades deve considerar a necessidade de incorporar a temática proposta como Tema Transversal pelos PCNs ao currículo escolar e fazer parte das grades curriculares dos cursos de formação de professores(as) oferecidos pelos cursos de licenciaturas e de formação continuada como garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/1996.

A escola é um espaço que contempla várias culturas que vem do seu entorno e que transforma o cenário escolar com todas as suas nuances. Daí o cuidado ao tratar a temática. Stuart Hall expõe que “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2011, p. 51). É a simbologia e as



representações afirmadas pelo autor que se apresentam dentro do contexto educacional onde está inserido o sujeito que deixa transparecer toda sua curiosidade e ociosidade de falar de sexo, o que pode-se denominar nesta conjuntura de gêneros e sexualidades. A vestimenta, os acessórios, o comportamento, as amizades, as ‘inscrições expostas’ nos objetos, na forma de falar, na arte que curte, são os aspectos presentes nessa cultura que está inserida ou buscando espaço de inserção no meio familiar e/ou escolar, na mídia e etc.

Diante desses aspectos “o trabalho da escola com a orientação sexual da criança, do adolescente e do jovem é por competência a função de formar cidadãos críticos, conscientes do seu papel social na (re)construção de um futuro responsável” (NASCIMENTO, 2016, p. 28). Pois esta não pode e não deve se eximir da sua função de orientadora, de formadora, de educadora, uma vez que o processo educativo em todos os âmbitos aponta para a articulação intrínseca de que “educar engloba um complexo de forças e de processos [...] no interior dos quais indivíduos são transformados [...] no âmbito das sociedades e grupos a que pertence” (MEYER, 2008, P.17).

O trabalho da escola com a orientação sexual e as relações de gênero está pautado na

contemporaneidade, na maioria dos casos, na falta de (in)formação dos seus mestres que buscam como saída a ausência da família no seu papel formador/orientador, da falta de oferta de formação, o que conduz ao que afirma Furlani (2008, p. 68): “as escolas que não proporcionam a educação sexual a seus alunos e alunas estão educando-os parcialmente”. E sem dúvida, não é este o papel da escola.

Tida como uma instituição de grande poder social, a escola tem o poder de mudar, de transformar, de instruir buscando/indicando sempre o melhor caminho. Mesmo quando não está explícito no seu programa, o currículo trás de forma intrínseca, de acordo com o que aponta Foucault (2010) quando ele cita a disposição como os espaços da escola são administrados de maneira que haja sempre o preceito evidente que diferencia o que é de usufruto de meninos e de meninas, o que Tadeu Tomaz da Silva (2013) em sua obra *Documentos e identidades, uma introdução às teorias do currículo*, chama de currículo oculto.

Dentro deste contexto, percebe-se toda a carga de informação que as crianças, os adolescentes, os jovens trazem consigo quando se reporta a sexualidade, que (a)parece ainda como um “mito” dentro do



espaço escolar e dentro do contexto social que define as representações das identidades.

O campo social contribui em larga escala para a formação do agente social que está inserido no seu âmbito e a escola deve prezar por tais contribuições, mas alertando sempre para a sua função na missão de educar. O conhecimento adquirido pelos(as) estudantes devem ser aprimorados no espaço educacional e, assim colaborador do conhecimento.

Das influências recebidas pelos indivíduos quando se porta a sexualidade, diz Jimena Furlani:

Quando falo de educação sexual não me refiro a atividades pontuais e descontínuas. A interrupção ou suspensão desses momentos escolares, além de desmotivar as crianças e jovens e de lhes causar a sensação de fraude pedagógica (quer pela “incapacidade” docente, quer pela falta de incentivo ou apoio institucional, quer por receios em abordar o tema) pode dificultar a reflexão dos participantes, sobretudo quando se questiona a clássica crítica, tão comum a esses trabalhos – “que não mudam comportamentos”. Neste sentido, entendo as atividades pontuais não como “o” processo (em si) de educação sexual, mas como uma entre outras estratégias didáticas. (FURLANI; 2008, P.68)

Então, a educação sexual não pode ser pensada e/ou planejada na/pela escola como algo fragmentado, mas como um planejamento contínuo, haja vista a virilidade como os anseios sexuais se apresentam no cotidiano

escolar. É com esse propósito que se deve promover a sexualidade no ambiente escolar.

CONCLUSÕES

A educação/orientação sexual é um ponto do currículo escolar que deve ser sempre discutido com muito zelo, pois percebe-se que nem todos os atores envolvidos no processo educacional estão preparados para lidar com o assunto com devido cuidado que este requer.

Alguns atribuem tal fato a falta de formação nos cursos de formação profissional, outros(as) a falta de segurança do(a) profissional, ou ainda as censuras feitas pela família. Tudo isso colabora para que o(a) estudante, em qualquer faixa etária que esteja, sinta a carência para falar do assunto. Mesmo nos casos em que a orientação (re)passada de forma indevida também colabora para o uso inadequado da sexualidade, quando se deixa influenciar pela música, pelas redes sociais, os programas de televisão, os grupos de amigos e tantos outros aspectos que corroboram com as práticas indevidas de sexualidade.

Tem-se, portanto que a



educação/orientação sexual inicia-se em casa, na família que atrelada a uma cultura tradicional não consegue falar abertamente do assunto e por isso transfere para a escola a responsabilidade de cuidar do tema. Esta por sua vez não apresenta um programa curricular e/ou profissionais que tenha segurança ou que procure se adequar a real necessidade da escola e de seus/suas alunos(as). Daí, o que observa-se é que neste processo educacional não há apenas um, mais vários grupos que anseiam por (in)formações sobre sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade: um diálogo com educadores**. São Paulo. Ícone, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I, a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. (Rio de Janeiro, 1988) São Paulo. Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II, o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. (São Paulo) Graal, 2010.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas, in LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane e GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis. Vozes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MAIRELLES, João Alfredo Boni de. Os ETs e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo. Summus. 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria política. In LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane e GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis. Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Aldaberon Vieira do. **A Ausência da Disciplina de Orientação Sexual nas Escolas de Ensino Fundamental II no Município de Lagoa de Dentro-PB**. Dissertação de Mestrado. UNASUR, PY. 2016.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos e identidades, uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte. Autêntica, 2013.

STEARNS, Peter N. **História da**



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sexualidade. Tradução de Renato Marques. São Paulo. Contexto, 2010.

TIBA, Içami. **Pais e Educadores de Alta Performance.** São Paulo. Integrare. 2012.

VIANNA, Cláudia. Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da

educação escolar. In AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997

